



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011260-52.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Caio Sergio Monsignati**
 Embargado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, propostos por **CAIO SÉRGIO MONSIGNATI**, contra **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que adquiriu o veículo New Ecosport Zero Km, no dia 20/04/2013, realizando o pagamento com um valor de entrada e financiando o restante em 24 parcelas de R\$ 1.547,02, tendo por avalista a sua genitora, que o ajudava pagar as parcelas, sendo indevida a constrição. Afirma não ser parte na ação citada, sendo possuidor e proprietário direto do bem alvo de constrição judicial. Anota, ainda, que, após o pagamento de todas as parcelas descritas, quitando o contrato de financiamento, trocou o referido veículo pela Ecosport 2.0, de placas FQV 7172, financiando o valor restante. Alega que trabalha desde os seus 19 anos, auferindo, hoje, o importe de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) e que mora com seus pais, não tendo gastos exorbitantes de forma que foi possível adquirir o veículo e manter o seu parcelamento. Com a inicial vieram os documentos às fls. 10/48.

O embargado apresentou contestação (fls. 62/66), pugnando pela análise do pedido de assistência judiciária gratuita, que não teria sido analisado, bem como para que fosse corrigido o valor dado à causa, devendo-se observar o valor do proveito econômico obtido pelo embargante. No mérito, sustenta não assistir razão ao embargante, considerando que o seu genitor, Sr. José Sérgio Monsignati, admitiu, em depoimento prestado nas dependências da promotoria de justiça, nos autos do inquérito civil que antecedeu a ação civil pública, ocasião em que estava devidamente acompanhado de sua advogada, que "**Tem um Ford Ecosport, 2014, quitado, registrado em nome de seu**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

filho Caio Sérgio Monsignati". Afirma, ainda, que a proposta de financiamento de crédito juntada aos autos pelo embargante data de 20.04.2013 e, embora se refira a veículo da mesma espécie (Ford Ecosport), é de outra versão (Freestyle), modelo 1.6 – 16V, ano de fabricação 2013, sendo que o veículo bloqueado na ação civil de improbidade é um Ford Ecosport versão "Titanium", modelo 2.0. Contesta a renda mensal declarada pelo embargante, em relação ao financiamento bancário assumido para a compra do automóvel alvo da constrição, pois este representaria 56,32% de sua remuneração, crendo ser o seu genitor o responsável financeiro pelo pagamento das parcelas. Afirma que o embargante não possui o domínio sobre o automóvel, mas apenas o registro formal de sua propriedade perante o órgão de trânsito, sendo irrelevante a data de aquisição do veículo, pois todos os bens do ímprobo devem responder pela reparação do dano ao erário. Requereu a improcedência da demanda.

O embargante não apresentou réplica (fl. 77).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido não comporta acolhimento.

Pretende o embargante afastar o bloqueio sobre o veículo, sob a alegação de que o adquiriu em dada anterior à constrição, mediante financiamento, tendo dado como entrada outro veículo que estava em seu nome, apresentando para tanto a carta de financiamento de fls. 39/48.

Com razão o MP quando afirma não ser crível que o embargante tenha obtido um financiamento correspondente a mais de 50% de sua remuneração, não o sendo, com maior razão, quanto à aquisição do veículo anterior, utilizado como valor de entrada para a compra do veículo constricto, considerando que o parcelamento do veículo precedente abrangia quase que a totalidade de sua atual remuneração, com parcelas de R\$ 1.547,02 (hum mil quinhentos e quarenta e sete reais e dois centavos) - fl. 42.

O embargante não juntou cópia dos documentos dos veículos, não comprovou que trabalha auferindo rendimentos, nem qual remuneração percebe, assim como não logrou provar que adquiriu o veículo New Ecosport com rendimentos próprios, ainda que com o auxílio de sua genitora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não houve demonstração da alegada relação de emprego em abril de 2013 – época da aquisição do bem - nem em qualquer outro momento - não se sabendo quanto o embargante percebia naquela época, a título de remuneração, nem havendo sequer indícios de que os bens tenham sido adquiridos com os seus rendimentos.

Não bastasse isso, o embargante não juntou a carta de financiamento do veículo constrito, que alega estar em seu nome, pouco importando para esse fim em nome de quem passou constar a propriedade do veículo na repartição de trânsito, até porque o financiamento pode ter sido contratado por terceiro, como o seu próprio seu genitor, visando a ocultar o real proprietário do bem.

Assim, tem-se que o embargante não se desincumbiu de seu ônus, sendo medida de justiça a improcedência dos embargos.

Nesse sentido:

Embargos de terceiro - Penhora de automóvel nos autos de ação de execução de título extrajudicial - Versão de aquisição do bem pelas autoras e mero registro em nome do pai executado - Dominio de coisa móvel que se transfere com a tradição - Irrelevância do registro do veículo na repartição de trânsito em nome do executado - Procedência da pretensão, entretanto, que impescindia de prova de iniciativa das autoras do pagamento, dominio e posse do veículo - Prova do fato constitutivo do direito alegado não ministrada - Improcedência da pretensão bem decretada - Recurso desprovido.

(TJ-SP - APL: 00078690420118260010 SP 0007869-04.2011.8.26.0010, Relator: Cerqueira Leite, Data de Julgamento: 30/09/2015, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/10/2015)

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. VEÍCULO. PENHORA. ÔNUS DA PROVA. Do embargante, o ônus de comprovar, de forma escoreita, que o veículo penhorado na execução lhe pertencia, e não ao executado. Prova testemunhal contraditória que não tem o condão de amparar a versão do requerente. Sentença confirmada. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME. (Apelação Cível Nº 70057411894, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 25/02/2016).

(TJ-RS - AC: 70057411894 RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Data de Julgamento: 25/02/2016, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/03/2016)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil e **IMPROCEDENTE** pedido, ficando mantido o bloqueio sobre o veículo, que deve permanecer vinculado à ação civil pública.

Diante da sucumbência, condeno o embargante a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais), observada a assistência judiciária gratuita, que ora fica deferida. Anote-se.

Corrijo, de ofício, o valor atribuído à causa, que deverá corresponder ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo embargante, nos termos do art. 292, § 3º, CPC, daí porque o fixo em R\$ 56.925,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais), valor encontrado na tabela FIPE, em setembro/2016, data do ajuizamento da ação.

Providencie-se a retificação.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**